

A LEGITIMAÇÃO SOCIAL DO MERCADO DE SEGUROS AMBIENTAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANNE PINTO BRANDALISE¹; ELAINE DA SILVEIRA LEITE².

¹UFPEL– annebrandalise@hotmail.com

²UFPEL– elaineleite10@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga o surgimento e a legitimação do mercado de Seguros Ambientais, em especial a sua configuração no Estado do Rio Grande do Sul e se propõe a apresentar um estudo sobre a aquisição de valor (monetário e simbólico) dos bens ambientais neste mercado.

Os objetivos desta pesquisa são analisar como emerge o mercado de Seguros Ambientais, que atores sociais contribuem para sua legitimação e de que forma ele se operacionaliza no Estado do Rio Grande do Sul e compreender como a prática securitária valora o ambiente, via a moralização do mercado pelo ideário de Proteção Ambiental, de modo a construir um valor monetário da natureza e em que medida a constituição deste mercado contribui ou não para uma ampliação da proteção ambiental.

O mercado dos Seguros Ambientais, conforme podemos apreender a priori, compreende: Seguradoras, empresas que contratam o Seguro Ambiental, Poder Judiciário, órgãos do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) responsáveis por dar cumprimento a Política Ambiental, empresas de consultoria ambiental, legislação, bancos comerciais, corretoras de seguros, movimentos Sociais de Proteção Ambiental, associações privadas do Setor de Seguros, instituições públicas de regulação do setor de Seguros, movimentos de interesses setoriais, e demais atores que possam surgir no decurso da realização da pesquisa de campo.

Justifica-se a presente pesquisa, dado o crescente aumento dos conflitos em torno de demandas ambientais e consequentemente a emergência de construção de novas soluções para estas questões. Surge daí a necessidade de investigar os processos de valoração dos bens ambientais através de instrumentos econômicos que se legitimam socialmente e compreender se eles contribuem para uma ampliação da proteção do Meio ambiente e de que forma.

Esta pesquisa se propõe a um diálogo da Sociologia Econômica, que permite um olhar sobre os mercados como construções sociais, agregando, ao estudo econômico aspectos políticos, culturais, simbólicos e sociais através da discussão sobre a forma como se constrói e se legitimam os mercados, com a Sociologia Ambiental, agregando ainda a sociologia do risco e da avaliação e valoração através das quais se pretende dar continuidade a esta pesquisa.

A Sociologia Econômica (SE) conduz a pesquisa correlacionando a presente teoria com a problemática proposta e contribui por ir além da ideia do mercado como locus da racionalidade. Conforme Granovetter (2003): *“o argumento de que os comportamentos e instituições em análise são tão condicionados pelas relações sociais, que conceitua-los como elementos independentes representa um sério equívoco.”* (GRANOVETTER; MARK. 2003 p.69).

Alguns autores da Nova Sociologia Econômica trabalham sobre o tema da construção social de mercados, entre eles se destaca Viviana Zelizer (1978) que

tratou do surgimento “moral” do mercado de seguros nos Estado Unidos, avaliando como a vida foi “precificada” nos contratos que hoje chamamos de Seguro de vida. É um estudo importante porque nos apresenta diagnósticos sociais que demonstram a ação econômica incrustada na vida social, e comprovam a influência e convergência de diferentes fatores históricos, morais, culturais, políticos e legais que contribuíram na construção dos mercados.

No Brasil, estudos recentes também são referências como “A Construção Social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira”, de Marcelo Sampaio Carneiro (2007), “A Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar”, de Paulo André Niederle (2013), Silva (2014) estudou a valoração dos serviços de polinização, constatando uma emergência de um valor econômico para o serviço de polinização das abelhas na cultura de maçãs em Friburgo/SC, entre outros, estes estudos contribuem para pensar a precificação do bem ambiental em diferentes mercados vinculados à natureza e seus serviços prestados e a necessidade de incorporação destes custos ambientais.

Agregamos a este estudo uma compreensão social do risco, estudada através da perspectiva de Douglas e Wildavsky (2012), que tratam de uma perspectiva cultural do risco ambiental construído através de fatores morais, econômicos e políticos e ainda por reflexões e teorias que determinaram a “sociedade de Risco”, considerando ainda as construções teóricas de Beck (1944) e Giddens (1991).

Os conflitos Ambientais gerados a partir do binômio proteção ambiental *versus* exploração de recursos se tornaram pautas relevantes e politizadas por diversos grupos sociais, estas disputas demonstram princípios em jogo, e o estabelecimento de um sentido de justiça, de modo que o ambiente assim vai sendo elaborado pelos atores sociais e torna-se relevante compreender como o ambiente é colocado como objeto empírico e teórico pelas ciências sociais (ALMEIDA, 2014).

Em paralelo a construção do Mercado de seguros ambientais, há uma construção social da avaliação e do valor do bem ambiental, que passa a adquirir valores monetários, bem como o risco de poluição ou o dano ambiental, para estes estudos nos apoiamos nos trabalhos de Lamont (2013) e Foucarde (2011). Lamont nos apresenta modelos de construções sociais de valores e através dos estudos de Marion Foucarde (2011), refletimos sobre um diagnóstico de valoração comparativo entre acidentes ambientais ocorridos em países diversos, um no Estado Unidos da América e outro na França.

A problemática desta pesquisa circunscreve-se a compreender como o mercado de Seguros ambientais se consagra moralmente e o meio ambiente passa a ser valorado e precificado via a prática securitária. Isto é, como o meio ambiente materializando-se em valores monetários (bem tangível) e simbólicos, torna possível a legitimação social de mercados de seguros ambientais, através da valoração dos riscos e práticas de prevenção de danos (lesões ao meio ambiente) via a moralização advinda do ideário de Proteção do Meio Ambiente.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada é de análise qualitativa, junto às instituições e atores envolvidos com a constituição do mercado no Rio Grande do Sul buscando compreender o objeto e as categorias envolvidas. A partir da realização de entrevistas semiestruturadas, pesquisa e análise documental de suas atividades e publicidades que explicitam as fontes de consagração e legitimação do mercado,

via as empresas que vendem os seguros, a ciência que legitima práticas de avaliação e valoração do risco e criações normativas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como Resultados preliminares observou-se a contribuição da Legislação Ambiental na evolução do Mercado de Seguros Ambientais, da qual decorre todo sistema de fiscalização e aplicação de penas pecuniárias.

O papel da ciência também desponta como responsável pela estipulação de padrões que irão ser utilizados como definidores do risco ambiental. Em que pese o poder político, econômico e a moral utilizada para a legitimação destes padrões é necessária maior investigação.

As Seguradoras são todas de origem internacional, Estados Unidos, Japão e Espanha e as filiais não tem autonomia sobre a criação ou alteração ou adequação significativas dos modelos de apólices padrões.

Obtivemos inicialmente o mapeamento do Mercado subdividido em quatro categorias iniciais de atores que contribuem de algum modo para o desenvolvimento deste instrumento, Instituições Públicas, Instituições Privadas, Agentes e Organizações não governamentais.

Verificamos que embora haja uma oferta de apólices, há, conforme a narrativa do Ministério Público a negativa quanto ao seguro de determinados empreendimentos em razão de alto risco que eles devem representar o que deixa claro que o mercado tem limitações e não consegue absorver uma demanda de altos riscos.

Verificamos os critérios utilizados para avaliação e classificação dos riscos e valoração e elaboração dos preços das apólices que confirmam o uso de padrões científicos e a relevância de programas de gestão ambiental.

Por fim classificamos as apólices disponíveis no Mercado de Seguros Ambientais do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a cobertura que disponibilizam.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho analisa o surgimento e a forma como se dá a legitimação social de um mercado de Seguros Ambientais propondo um diálogo da perspectiva da sociologia econômica dos mercados com a sociologia da questão ambiental.

Em parte, obtivemos algumas constatações significativas que nos auxiliam numa compreensão da evolução histórico-cultural que indica mudanças sociais que influenciam na criação de Seguros Ambientais, como a ideia da natureza como sagrada se torna passível de valoração financeira.

A relevância do estudo se situa na necessidade de avanço da compreensão de como se dá a elaboração de instrumentos econômicos de Proteção ambiental e como estes podem se tornar eficientes ou não, em que medida e para que perfis de atividades de risco e exploradoras de recursos naturais eles podem ser úteis tornando-se efetivos instrumentos de proteção.

Deste modo, pretendemos dar continuidade a esta pesquisa investigando o processo de valoração e avaliação destes riscos ambientais, buscando conhecer os elementos que compõe o conteúdo das valorações utilizadas pelos atores envolvidos para justificar e legitimar as práticas de proteção ambiental.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. **Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental**. Sociologias, v. 16, n. 35, jan./abr. p. 14-33, 2014.

BECK, Ulrich, (1944), **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo. Editora 34, 2010.

_____. **A POLÍTICA NA SOCIEDADE DE RISCO**. Tradução de Estevão Bosco. Ideias Campinas [n. 1 |nova série| 2º semestre, 2010.

BRASIL, **Lei de política Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 16 de maio. 2017.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **A Construção Social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira**: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 681-713. Set./dez. 2007.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risco e Cultura; Um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais**. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FOURCADE, Marion; **“Cents and Sensibility: Economic Valuation and the Nature of “Nature”**”. American Journal of Sociology.Vol. 116, Nº 6 (May 2011), pp.1721 – 77. Published by: The University of Chicago Press, 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GRANOVETTER, Mark. **“Ação Econômica e Estrutura Social: o Problema da Incrustação”** In: A Nova Sociologia Econômica. Cidade: Celta, 2003.

NIEDERLE, Paulo André. Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar, Agriculturas • v. 10 - n. 2 • junho de 2013.

POLANYI. K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, Leonardo. **As condições gerais de emergência do valor econômico global dos serviços de polinização**: análise preliminar à luz da Nova Sociologia Econômica (NSE). ANPOCS, Portal. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?Option=com_docman&task=doc_view&id=9307&Itemid=456>. Acesso em: março 2017.

ZELIZER, **Human Values and the Market: The Case of Life Insurance and Death in 19th-Century America**. American Journal of Sociology, Vol. 84, No. 3 (Nov., 1978), pp. 591-610, 1978.